

2623
9**Licitação - CIOP**

De: Contratos | Altermed Material Médico Hospitalar
<contratos@altermed.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 18 de maio de 2022 09:43
Para: Licitação Compra - CIOP
Assunto: FW: Indeferido - Clonazepam
Anexos: Reconsideração (PRESIDENTE PRUDENTE).pdf; Certificado_Preço_Referencia_625eb5aa267815a5952e466f0.pdf; Geral_BPS (40) (1).pdf; Procuração - Maicon Cordova Pereira.pdf

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.355-3

18/05/2022

Bom dia!

Favor confirmar recebimento e informar a forma de acompanhamento do julgamento, se for online informar quais os dados necessários e o link, se não, qual o telefone e servidor responsável por prestar as informações.

Solicitamos que seja enviado parecer e decisão final no prazo de 05 (cinco) dias, conforme a previsão do art. 24 da Lei nº 9.784/99.

Caso não for possível, deverá ser expedida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo, sendo o silêncio entendido como ciência dos fatos anotados e o deferimento dos pedidos.

Cordialmente,
Vitor Moraes.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Estrada Boa Esperança, 2320 | Zip Code: 89.163-554 | Rio do Sul | SC | Brazil

Phone/Whats: +55 47 99240 2249

Fax: +55 47 3520-9000

E-mail: contratos@altermed.com.br

"Antes de imprimir, pense no seu compromisso e responsabilidade com o Meio Ambiente"

"Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao(s) destinatário(s) da mensagem. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A Altermed Material Médico Hospitalar Ltda não é responsável pelo conteúdo ou a veracidade desta informação.

PARA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.

REF: Requerimento de Reequilíbrio 23/2021 - item: 57 - CI: 23706 - OF 252/2022

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, sediada na Estrada da Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, CEP 89163-554, Rio do Sul (SC), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **PEDIDO RECONSIDERAÇÃO DE NEGATIVA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS FATOS

Trata-se de pedido de reconsideração do indeferimento de reequilíbrio econômico-financeiro do item 57 oriundo do Pregão Eletrônico 55/2021.

Ocorre que a empresa está impossibilitada de adquirir os itens nos termos registrados no contrato, pois houve abrupto aumento no preço de compra. No pedido inicial, apresentou-se vasto conteúdo comprobatório da inexecutabilidade atual enfrentada, entretanto, o órgão indeferiu a solicitação sob o argumento de que a empresa não apresentou Notas Fiscais (prova anterior) de compra à época da licitação.

Ocorre que o tal posicionamento é equivocado, indo de encontro com a legislação e a jurisprudência, sendo este o motivo de apresentação deste pedido de reconsideração.

2. DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE NOTAS FISCAIS COMO PROVA EXCLUSIVA PARA DEFERIMENTO DE REEQUILÍBRIO

No julgamento do ofício foi informado que o julgamento do pedido não seria feito por conta da ausência de nota fiscal comprobatória.

O art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993 estabelece que os contratos regidos por essa Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas:

FONE: +55 (47) 3520-9000

Estrada Boa Esperança, 2320 | Fundo Canoas
RIO DO SUL | SC | BRASIL | CEP: 89.163-554
CNPJ: 00.802.002/0001-02 | IE: 25.314.899-5
Fax: +55 (47) 3520 9004

altermed@altermed.com.br

www.altermed.com.br

 /Altermed

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ocorre que a motivação do pedido é feita com base em 4 esferas, sendo a demonstração do fato que provocou o desequilíbrio, comprovação da sua incidência no caso em questão, e por fim comprovação da variação dos valores ao tempo da licitação, bem como os valores atuais.

Verifica-se que não há na legislação a exigência que a prova apresentada seja uma “nota fiscal”, a legislação só exige que haja comprovação dos fatos alegados e, sendo a prova idônea, não há motivo para a Administração negar sua validade.

Ora, a Administração Pública não pode exigir a produção de provas de acordo com a sua comodidade em análise, se existe e tem possibilidade de apresentação de notas fiscais a empresa tende reunir para embasar seu pedido.

Lado outro, se não há? Nesse caso a empresa sofreria uma dupla penalização? Afinal, teria de arcar com os custos, resultando em uma oneração excessiva e ainda ter seu direito de análise de reequilíbrio negado pela razão de não haver notas fiscais.

Ademais, a participação em processos licitatórios independe de já ter tido os produtos ofertados em estoque, logo não vai haver a existência de notas fiscais. Inclusive o TCU entende que nem a nota fiscal seria suficiente para comprovar o desequilíbrio:

“Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato”. (Acórdão 7249/2016 Segunda Câmara, sessão de 14/06/2016, Relatora ANA ARRAES)

Se até a prova com base em nota fiscal tem que ser complementada, fica evidente que não se trata de forma exclusiva.

Assim, o pedido de reequilíbrio deve ser pautado em qualquer prova idônea como notas fiscais, mas não somente isso, também tabelas de preço, orçamentos, pesquisas, índices que embasam e corroboram com os valores apresentados no pedido, demonstrando assim como a empresa chegou nos valores apresentados na proposta ao tempo do certame.

Pois é notório dentro da conjuntura atual a constante variação de valores, em que as propostas sofrem variação em questão de dias, não podendo assim a administração estar a margem dessa situação, em que o período econômico é definido com instabilidade e incertezas, ou até mesmo se apoiar nos riscos assumidos pela requerente em participar da licitação.

FONE: +55 (47) 3520-9000

Estrada Boa Esperança, 2320 | Fundo Canoas
RIO DO SUL | SC | BRASIL | CEP: 89.163-554
CNPJ: 00.802.002/0001-02 | IE: 25.314.899-5
Fax: +55 (47) 3520 9004
altermed@altermed.com.br

www.altermed.com.br

 /Altermed

Nesse sentido, tal pedido é feito para que se trabalhe dentro das possibilidades, visando dirimir ao máximo qualquer tipo de impacto econômico dentro da requerente e da própria administração pública e ainda que não achando suficiente cabe a Administração complementar as provas já apresentadas com uma pesquisa de mercado, conforme explicitado no argumento do requerimento, bem como anexado a esta reconsideração o BANCO DE PREÇO atualizado.

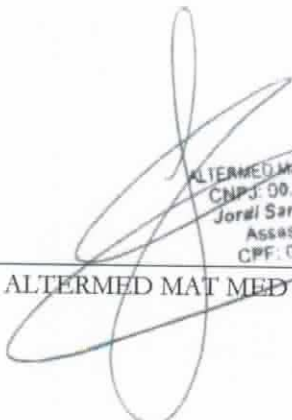
3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer-se:

- a) Receber o presente pedido de reconsideração de indeferimento de reequilíbrio econômico-financeiro com base no art. 65, II, "d" da Lei 8.666/1993, julgando-o procedente.
- b) Que seja autorizada a suspensão da execução contratual até o julgamento do presente pedido.
- c) **Caso não seja deferido o reequilíbrio de preços:**
- d) Que o fornecedor seja liberado do compromisso gerado pela ata de registro de preços.
- e) Caso haja empenhos/contratos emitidos que seja prosseguido com a rescisão contratual amigável, por fato superveniente impeditivo da execução contratual.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio do Sul (SC), 5 de maio de 2022.


ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Jordel Sardenha Custódio
Assessoria Jurídica
CPF: 084.892.599-84
ALTERMED MAT MED HOSP LTDA

FONE: +55 (47) 3520-9000

Estrada Boa Esperança, 2320 | Fundo Canoas
RIO DO SUL | SC | BRASIL | CEP: 89.163-554
CNPJ: 00.802.002/0001-02 | IE: 25.314.899-5
Fax: +55 (47) 3520 9004

altermed@altermed.com.br

www.altermed.com.br

 /Altermed



RIO DO SUL - SC



RIO DO SUL - SC

Página 4 de 4

3628
8

Certificado de Preço Calculado

O Portal Menor Preço - Compras, mantido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, certifica que os cálculos foram realizados de acordo com os produtos e filtros abaixo apresentados, levando em consideração os preços praticados nas operações autorizadas por meio das Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e, no Estado do Paraná e tendo como base o estudo realizado no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB).

Características do Produto (fonte: sistema GMS)

2708 Clonazepam, 2,5 mg/ml, Solução gotas, Frasco gotejador, 20 ml, VIA DE
Medicamento ADMINISTRAÇÃO: Oral, PORTARIA 344/98: B1, UNID. DE MEDIDA: Unitário



Chave de Acesso

625eb.69226.7815a.5952e.467f0

Data do Cálculo

19/04/2022 10:18:10

Preço Calculado

R\$ 3,99 / Caixa (CX)

Filtros Selecionados

Período	20/03/2022 até 19/04/2022
Região	Centro-Occidental, Centro-Oriental, Centro-Sul, Metropolitana de Curitiba, Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Sudeste, Sudoeste
Unidade	Caixa (CX) - representando 54.51% das NF-e

Produtos Selecionados

7896004712932	51.43%	CLONAZEPAM - EMS S/A - 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB CGT X 20 ML
7896422511865	31.59%	CLONAZEPAM - MEDLEY FARMACEUTICA LTDA - 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB GOT X 20 ML
7896004712925	15.12%	CLONAZEPAM - GERMED FARMACEUTICA LTDA - 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB CGT X 20ML
7894916142403	-	CLONAZEPAM - LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB CGT X 20 ML
7898470680074	-	CLONAZEPAM - HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - 2,5 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML

Conforme Lei 19.476, de 24 de Abril de 2018, a consulta ao Menor Preço poderá ser utilizada, combinada com outras ferramentas para o mesmo objetivo, para se estabelecer o preço estimado ou de referência do objeto licitado, cabendo ao agente público a responsabilidade pela utilização do valor calculado.



Rua Mateus Leme 1561 | Centro Cívico | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | [41] 3200-5000 | Fax [41] 3200-6600

Cx. Postal 15061 | www.celepar.pr.gov.br | e-mail: celepar@pr.gov.br

2629
P



Certificado de Preço Calculado

O Portal Menor Preço - Compras, mantido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, certifica que os cálculos foram realizados de acordo com os produtos e filtros abaixo apresentados, levando em consideração os preços praticados nas operações autorizadas por meio das Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e, no Estado do Paraná e tendo como base o estudo realizado no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB).

Características do Produto (fonte: sistema GMS)

2708 Clonazepam, 2,5 mg/ml, Solução gotas, Frasco gotejador, 20 ml, VIA DE
Medicamento ADMINISTRAÇÃO: Oral, PORTARIA 344/98: B1, UNID. DE MEDIDA: Unitário



Chave de Acesso

625eb.69226.7815a.5952e.467f0

Data do Cálculo

19/04/2022 10:18:10

Detalhamento do Cálculo

	Simple	Saneado	Normal	Recalculado
Quantidade de NF-e Encontradas	1995	---	1995	---
Quantidade de Fornecedores Distintos Encontrados	7	---	7	---
Coefficiente de Variação	23,81%	---	24,57%	---
Coefficiente de Representatividade	---	---	53,03%	---
Variação	0,98	---	1,04	---
Desvio Padrão	R\$ 0,99	---	R\$ 1,02	---
Limite Inferior	R\$ 1,80	---	R\$ 1,80	---
Limite Superior	R\$ 6,56	---	R\$ 6,56	---
Menor Valor	R\$ 2,74	---	R\$ 2,74	---
Maior Valor	R\$ 10,47	---	R\$ 10,47	---
Média	R\$ 4,16	---	R\$ 4,15	---
Média Ponderada	R\$ 4,07	---	---	---
Mediana	R\$ 3,99	---	R\$ 3,83	---
Moda	R\$ 4,77	---	R\$ 3,46	---
Quantidade de Classes	---	---	16	---
Primeiro Quartil	R\$ 3,58	---	R\$ 3,42	---
Terceiro Quartil	R\$ 4,77	---	R\$ 4,87	---
Coefficiente de Variação Satisfatório	Sim	---	Sim	---
Representatividade Satisfatória	Sim	---	Sim	---
Preço Calculado	---	---	R\$ 3,99	---

Conforme Lei 19.476, de 24 de Abril de 2018, a consulta ao Menor Preço poderá ser utilizada, combinada com outras ferramentas para o mesmo objetivo, para se estabelecer o preço estimado ou de referência do objeto licitado, cabendo ao agente público a responsabilidade pela utilização do valor calculado.



Rua Mateus Leme 1561 | Centro Cívico | 80530-010 | Curitiba | Paraná | Brasil | [41] 3200-5000 | Fax [41] 3200-6600

Cx. Postal 15061 | www.celepar.pr.gov.br | e-mail: celepar@pr.gov.br

2630
9

Investimentos e Desenvolvimento
saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

UNIDADE DE FORNECIMENTO

GENÉRICO

LTDA

NÚMERO DE ORÇAMENTO	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES					MÉDIA PONDERADA
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	
Sim	28/04/2021	Pregão	05/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA A LTDA	DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - PI	PALMEIRAS	PI	2500	0,0463	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	11/10/2021	Pregão	22/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA A LTDA	MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI - ME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MAR VERMELHO	AL	1500	1,0077	11,9400	04/2022	1,6069
Sim	27/10/2021	Pregão	08/12/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA A LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	PR	20000	1,3000	12,0900	04/2022	1,6069



Ministério da
Saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

NÚMERO	DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			MÉDIA PONDERADA
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	
Sim	29/11/2021	Pregão	14/12/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	PR	20000	1,3000	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	22/10/2021	Pregão	06/01/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE PALOTINA	PALOTINA	PR	1800	1,3090	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	16/12/2021	Pregão	06/04/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CONSORCIO INTERMUNIC DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI	BLUMENAU	SC	13950	1,3500	12,2992	04/2022	1,6069
Sim	13/12/2021	Pregão	21/01/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPA L DO OESTE PRUDENTE PAULISTA	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	17400	1,3800	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	09/08/2021	Pregão	17/02/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA	SALTO DO LONTRA	PR	1200	1,3900	12,4492	04/2022	1,6069

Investimentos e Desenvolvimento
saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES					
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA
Sim	07/10/2021	Pregão	19/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICIPIO DE MARMELEIRO	MARMELEIRO	PR	1000	1,3900	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	14/09/2021	Pregão	10/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	15000	1,3900	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	27/08/2021	Pregão	03/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA A M S	APUCARANA A	PR	3600	1,3950	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	04/11/2021	Dispensa de Licitação	21/02/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	RS - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE FLORES DA CUNHA	FLORES DA CUNHA	RS	100	1,4000	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	30/12/2020	Pregão	16/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	4800	1,4500	12,0900	04/2022	1,6069



Ministério da
Saúde

Página 3 de 11

8632
8

2633
8

Investimentos e Desenvolvimento
saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

SÉRIE	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				MÉDIA PONDERADA		
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO		CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED
Sim	22/12/2021	Pregão	11/04/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO TRIUNFO	SAO JOAO DO TRIUNFO	PR		650	1,4900	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	08/09/2021	Pregão	27/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO TRIUNFO	RANCHO ALEGRE D'OESTE	PR		50	1,5000	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	09/03/2021	Pregão	09/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	J F FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAÍ - FMSI	ITAGUAÍ	RJ		10000	1,5200	12,3900	04/2022	1,6069
Sim	21/12/2021	Pregão	08/02/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES	QUATRO PONTES	PR		2000	1,5500	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	05/08/2021	Pregão	05/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICÍPIO DE PIACATU	PIACATU	SP		200	1,5500	12,4492	04/2022	1,6069



Ministério da
Saúde

GERAL

	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				MÉDIA PONDERADA	
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO		COMPETÊNCIA CMED
Sim	07/07/2021	Pregão	14/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	JORGE EDUARDO RIBEIRO SOARES EIRELI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO JACINTO	PAULO JACINTO	AL	250	1,6000	11,9400	04/2022	1,6069
Sim	17/05/2021	Pregão	24/05/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAUDE	CURITIBA	PR	650000	1,6200	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	09/07/2021	Pregão	09/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	HOSPIDROGAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELO - ES	CASTELO	ES	500	1,7299	12,2992	04/2022	1,6069
Sim	22/11/2021	Pregão	01/12/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	CURITIBA	PR	1291	1,7700	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	10/11/2020	Pregão	29/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO	CAMPO LARGO	PR	1200	1,8190	12,4492	04/2022	1,6069

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

NÚMERO	DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES				
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA	
sim	19/11/2020	Pregão	25/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO OESTE	CRUZEIRO DO OESTE	PR	500	1,8800	12,4492	04/2022	1,6069	
sim	04/05/2021	Pregão	10/03/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO BONFIM	SAO JOSE DO BONFIM	PB	1000	1,8800	12,0900	04/2022	1,6069	
sim	20/11/2020	Pregão	02/02/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MUNICIPIO DE FLORES DA CUNHA	FLORES DA CUNHA	RS	50	1,9300	12,4492	04/2022	1,6069	
sim	23/07/2021	Pregão	05/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	LIGIA MARIA CARNEIRO	MUNICIPIO DE CAMBE	CAMBE	PR	600	1,9500	12,4492	04/2022	1,6069	
sim	20/01/2022	Pregão	21/01/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	MED CENTER COMERCIAL LTDA	MUNICIPIO DE TRABALIU	TRABILIU	SP	50	1,9810	12,4492	04/2022	1,6069	

2635
D

Investimentos e Desenvolvimento
Saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

SÉRIE	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				MÉDIA PONDERADA	
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO		COMPETÊNCIA CMED
Sim	18/11/2021	Pregão	23/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	POSITIVA COMERCIAL LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA	SERRA	ES	3500	1,9900	11,9400	04/2022	1,6069
Sim	04/12/2020	Pregão	23/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA GRAMA	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	SP	480	2,0000	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	27/05/2021	Pregão	05/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	UBERLANDIA	MG	750	2,0000	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	09/08/2021	Pregão	25/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	NNMED - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MUNICIPAL DE JURUPIRANGA	PB	50	2,0000	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	07/05/2021	Pregão	30/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	BELFAR LIMITADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHA PRETA	CHA PRETA	AL	900	2,0900	11,9400	04/2022	1,6069



Ministério da
Saúde

Página 7 de 11

2636
D

Investimentos e Desenvolvimento
Saúde

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

NÚMERO	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				MÉDIA PONDERADA	
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO		COMPETÊNCIA CMED
Sim	05/04/2021	Tomada de Preços	13/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI - ME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JURUPIRANGA	PB	50	2,1300	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	24/11/2020	Pregão	28/12/2020	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI	MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	SP	100	2,2200	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	22/06/2021	Pregão	09/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO AGUAPEI	SAO MIGUEL DO AGUAPEI	RO	3000	2,2400	12,0100	04/2022	1,6069
Sim	16/06/2021	Pregão	27/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SANTA LUZIA DOESTE	RO	1000	2,2500	12,3738	04/2022	1,6069
Sim	02/03/2021	Pregão	08/11/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	OMEGA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	MUNICIPIO DE FLORIANO - SECRETARIA DE SAUDE	FLORIANO	PI	387	2,6400	12,4492	04/2022	1,6069



Ministério da
Saúde

Página 8 de 11

2637
8

GERAL

SÍMBOLO	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES					
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA
Sim	01/03/2021	Pregão	10/05/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BERTOLINIA	PI	200	2,7000	12,0900	04/2022	1,6069
Sim	26/01/2021	Pregão	08/12/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	LUCIANO JOSE DE MORAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE AREIA	CACIMBA DE AREIA	PB	500	2,7900	12,4492	04/2022	1,6069
Sim	09/03/2021	Pregão	22/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLORADO DO OESTE	RO	2000	2,9200	12,0100	04/2022	1,6069
Sim	22/02/2022	Pregão	15/03/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	URUPA	RO	200	3,2439	12,0100	04/2022	1,6069
Sim	29/06/2021	Pregão	21/12/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICÍPIO DE SAO FELIPE D'OESTE	SAO FELIPE D'OESTE	RO	1000	3,4000	12,3738	04/2022	1,6069

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

GERAL

NÚMERO	DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES					
	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA
im	10/06/2021	Pregão	30/09/2021	J	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	MAMED COMERCIAL LTDA - EPP	MUNICÍPIO DE JABOTICABAL	JABOTICABAL	SP	62	3,8000	9,4900	04/2022	3,8000
im	06/04/2021	Pregão	11/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DISMENE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DO NORDESTE LTDA - ME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PILAR	PILAR	PB	468	3,8600	12,0900	04/2022	1,6069
im	09/04/2021	Pregão	04/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	FARMAGUEDES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	UMBUZEIRO	PB	200	4,3000	12,4492	04/2022	1,6069
im	27/10/2021	Pregão	11/03/2022	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	MUNICÍPIO DE SIMPLICIO MENDES	SIMPLICIO MENDES	PI	1500	4,4500	12,0900	04/2022	1,6069
im	10/05/2021	Pregão	14/05/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	MUNICÍPIO DE OEIRAS - SECRETARIA DE SAUDE	OEIRAS	PI	450	4,5000	12,0900	04/2022	1,6069

2637
8

Usuário: JORDI SARDANHA CUSTÓDIO

[illegible]

im	04/05/2021	Pregão	20/09/2021	A	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÉUTICA ALTA	BRASIL MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NOVO REPARTIMEN TO	1300	4,5000	12,2992	04/2022	1,6069
im	22/02/2021	Pregão	30/11/2021	A	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÉUTICA ALTA	SAO MARCOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, EQUIPAMENTOS, E MATERIAL HOSPITALARES E ODONTOLÓGICO SLTA	MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA - SECRETARIA DE SAÚDE	NOVA SANTA RITA	100	480,0000	12,0900	04/2022	1,6069

para desconsiderar os registros com preços unitários menores que a subtração do primeiro pelo segundo e maiores que a soma de ambos. Dos registros restantes, apura-se o quociente do valor total das transações pela Edição. Rodolfo Hoffmann - Pag. 39. Estes registros com preços unitários extremos são, em muitos casos, resultado de erros de especificação ou de digitação e, portanto, esta seleção homogênea e aumenta a

2640
8

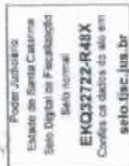
2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

Livro: 179
Folha: 085
1º TRASLADO
Cidade e Comarca de Rio do Sul
Estado de Santa Catarina
LUIZ CARLOS DE MOURA, R. - 351-000, TOME - 17, 201-000

Escritura Pública protocolada sob o nº 15364 em data de 14/09/2016 da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim a disse do que dou fé e me pediu este instrumento o qual foi lido por mim, Escrevente Notarial e sendo achado conforme, aceitei, outorgou e assina. Eu Isabel Sane Kuhnien, Escrevente Notarial, que digital. Eu, Maria Zélia Della Giustina, Tabelião de Notas, subscrevo, dou fé e assino. C.M. 21514. Emolumentos: R\$ 46,00 + Selo: R\$ 1,70 = R\$ 47,70. Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016, (a) ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - Outorgante representada por ANACLETO FERRARI, MARIA ZÉLIA DELLA GIUSTINA - TABELIA, NADA, MAIS, TRASLADADA EM SEGUIDA. Eu, Escrevente Notarial, que no impedimento ocasional da Tabelião digital, subscrevo, dou fé e assino.

Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016.
Em test" — da verdade.

ISABEL SANE KUHNEN
Escrevente Notarial



Documento registrado por meio eletrônico. Qualquer alteração de texto, sem assinatura, será considerada nula de pleno direito. Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016.

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

Livro: 179
Folha: 084
1º TRASLADO
Cidade e Comarca de Rio do Sul
Estado de Santa Catarina
LUIZ CARLOS DE MOURA, R. - 351-000, TOME - 17, 201-000

Escritura Pública protocolada sob o nº 15364 em data de 14/09/2016 PROCURADOR BASTANTE QUE FAZ ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. A MAICON CORDOVA PEREIRA, NA FORMA ABAIXO: ----- SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezessete (2016), nesta cidade e comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste Tabelionato, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob número 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança número 2320, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 42202072082, em 06.09.1995 e conforme Consolidação de Contrato Social, datado de 26.06.2015, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 20150597410, em 08.07.2015, neste ato representada por seu sócio administrador, ANACLETO FERRARI, brasileiro, nascido no dia 26.07.1968, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 3R/1.428.772-SSP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 03887856352-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 523.140.819-00, domiciliado e residente na Estrada Boa Esperança, número 2545, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a presente identificada neste ato pelos documentos supra mencionados, de cuja capacidade jurídica dou fé. Por este público instrumento, através de seu representante, disse que nomeava e constituía seu bastante procurador, MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da Carteira de Identidade número 3.242.195-SESP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 02034645785-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 015.886.939-70, domiciliado e residente na Rua Henrique Munzfeld, número 130, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para o fim especial de onde com esta se apresentar, participar de licitações, em qualquer modalidade (concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, dispensa de licitação, compra direta) em nome da empresa outorgante, podendo para tanto concordar, discordar apresentar propostas; dar lances, assinar aberturas de propostas, assinar contratos estipulando e aceitando cláusulas e condições; pagar taxas e emolumentos; apresentar provas e documentos; representar a em quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais; juntar e retirar documentos, passar recibo e dar quitações, bem como nomear representantes para representá-la nas concorrências e ou licitações, enfim praticar todo e qualquer ato para o qual e fiel desempenho do presente mandato. (SOB MINUTA). (OS DADOS DO OUTORGADO FORAM FORNECIDOS POR CONTA E RESPONSABILIDADE DA OUTORGANTE). Os documentos apresentados para a lavratura do presente ato se encontram arquivados por meio de fotocópias, conforme determina o parágrafo único do art. 799, do Código de Normas da Corregedoria Geral



Documento registrado por meio eletrônico. Qualquer alteração de texto, sem assinatura, será considerada nula de pleno direito. Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016.

2641
D

2642
9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/05/2020 10:07:59 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 27031608190845460439-1 27031608190845460439-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b30a653abf87fc384b917470a4058d65b0d105516952ddb4eefc9bd6f377e2306d917dc3598e60ada96044e4c0d
f6407c220c77af02f8ad8561b150d93000ddff



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



MEMORANDO INTERNO N° 63/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio – Econômico Financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2021

Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ARP Nº 221/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - ARP Nº 221/2021, às fls. 2.623/2.642, sobre o pedido de reequilíbrio – econômico financeiro do item **57 – CLONAZEPAN GOTAS – 2,5 MG.**

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 24 de maio de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

24/05/2022

ASS: Elton R. de Castro Garcez

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2712
B

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 57 – CLONAZEPAN GOTAS – 2,5MG

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item do item **Nº 57 – CLONAZEPAN GOTAS – 2,5MG**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 23/2021**, com solicitação juntada às **fls. 2623/2642**, sob a justificativa de que: “a empresa está impossibilitada de adquirir os itens nos termos registrados no contrato, pois houve abrupto aumento no preço de compra”.

Ressalta-se que a citada empresa já fizera pedido de reequilíbrio de econômico-financeiro referente ao mesmo item (57), inicialmente sob a justificativa (fls. 2374) de que “por se tratar de empresa distribuidora (Art. 4º da Lei 5991/1973) toda a nossa atuação fica adstrita à regular produção e fornecimento do produto pelo fabricante, e qualquer alteração neste afeta diretamente a ora requerente, de modo que impede o fiel cumprimento do contrato assumido”.

Conforme parecer emitido por esta Diretoria Jurídica, juntado às fls. 2459/2470, naquela oportunidade, opinou-se pela manutenção do valor registrado dos itens e pelo indeferimento do pedido de subsidiário de cancelamento do item 57 do pregão 23/2021.

[Handwritten signature]

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



2713
B

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de novo parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP in casu.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA** solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do **item Nº 57 – CLONAZEPAN GOTAS – 2,5MG**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às **fls. 2623/2642**.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal

JB4



necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

folha



A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

f 04



Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração

f B42



2717
8

contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Com os documentos apresentados, a empresa buscou provar que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é

JBK



considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº

J B L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

27/19
B

00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

f. 34

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2720
B

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram

J. B. L.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2726
B

acostadas apenas documentos que indicam a estimativa de preços do item, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que "a empresa está impossibilitada de adquirir os itens nos termos registrados no contrato, pois houve abrupto aumento no preço de compra".

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

ABH



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2722

8

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

J. B. H.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2723
B

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

834



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2724
B

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister

JBH



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2725
8

se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 10 de junho de 2022.

Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 101/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: RECONSIDERAÇÃO do Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro de item – Pregão Eletrônico nº 23/2021

Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – SRP – nº 221/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.712/2.725, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento do item nº 57 (CLONAZEPAM GOTAS 2,5MG).

Presidente Prudente, 25 julho de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

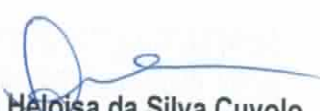
Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro – Pregão Eletrônico nº 23/2021
Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – SRP – nº 221/2021

Trata-se de solicitação de RECONSIDERAÇÃO ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 221/2021, alegando, em síntese, o aumento de preço do item no período.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, possuidora do CNPJ nº 00.802.002/0001-02, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 25 de julho de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

3068
7

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: RECONSIDERAÇÃO da Solicitação de Reequilíbrio Econômico de Item. ARP nº 221/2021. Pregão Eletrônico nº 23/2021. Interessada: **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - CNPJ nº 00.802.002/0001-02**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico e/ou cancelamento do item 57 (CLONAZEPAM GOTAS 2,5MG), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 25 de julho de 2022.

